CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 27 | Setembro-Outubro de 2007

25º Aniversário

Parabéns, AACDN!

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Nº 27 I Setembro-Outubro de 2007

Cidadania e Defesa

Boletim Informativo da AACDN
Associação de Auditores dos
Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto
1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888
Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site
www.aacdn.pt

Ficha Técnica

Direcção
Dr Abílio Ançã Henriques

Edição
Dr Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Noticias
de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D
2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559
E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Neste número

3 I Editorial

4 I Por terras do Extremo Oriente

11 I Ministro da Defesa Nacional
Carlos Brito

12 I Soberania Nacional
e o Prestígio das Instituições

14 I 25º Aniversário da AACDN
e o seu IX Congresso Nacional

18 I Não-ingerência
e a responsabilidade de proteger

22 I Ameaças Terroristas
e Saúde Pública

24 I Acontecimentos e Actualidades

26 I UmDeCadaVez
General Mariz Fernandes
I AACDN na imprensa regional

Capa - Parabéns, AACDN,
pelo seu 25º Aniversário!

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

O IX Congresso Nacional, acabado de realizar na cidade de Évora, constituiu um momento alto na vida da AACDN. Subordinado ao tema, *Soberanias e Ameaças – Os Desafios das Novas Fronteiras*, o Congresso motivou uma participação muito activa dos Auditores de Defesa Nacional, que apresentaram um conjunto de comunicações do mais elevado nível e de manifesta actualidade, animando sessões de reflexão e debate que ultrapassaram as nossas melhores expectativas. De realçar ainda o facto de o Congresso ter mobilizado Auditores dos Cursos mais recentes, que marcaram presença com comunicações que despertaram o vivo interesse dos congressistas.

O Congresso ficou marcado pela participação da ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Brasil que, pela voz do seu Presidente, General Licínio Nunes de Miranda Filho, proferiu uma relevante conferência, estreitando mais uma vez os laços históricos que unem Portugal e o Brasil e os seus povos irmãos. O nosso Congresso abriu-se também à DECIDE – Associação dos Jovens Auditores, através da comunicação da jovem auditora Mestre Patrícia Calca.

Para além das autoridades nacionais, regionais e locais que nos acompanharam na Sessão de Abertura, é de assinalar a presença do Senhor Director do IDN – Instituto da Defesa Nacional, General Aníbal José Rocha Ferreira da Silva, o que muito nos honrou pela distinção assim conferida à AACDN.

As comemorações do 25.º Aniversário foram também motivo para múltiplas iniciativas que decorreram em paralelo com os trabalhos do Congresso, da exposição fotográfica até ao jantar na Messe de Oficiais do Convento da Graça, com a especial participação da Orquestra de Câmara da Banda do Exército. De realçar que os três ramos das Forças Armadas se fizeram representar nas actividades da AACDN por ocasião do IX Congresso Nacional, o que muito nos apraz registar.

Encerrada assim esta etapa do programa anual de actividades, com o aproximar do final de 2007 e a entrada no 1.º trimestre de 2008, vai concluir-se o ciclo iniciado em Fevereiro de 2006 com o mandato dos actuais órgãos sociais da AACDN. Tal significa que, a curto prazo, será desencadeado o processo eleitoral para escolha daqueles que deverão conduzir os destinos da nossa Associação no próximo biénio 2008-2009.

A recente comemoração do 25.º Aniversário da AACDN não poderá deixar de interrogar todos os associados, no sentido de recordar que, nas suas responsabilidades de Auditores de Defesa Nacional, inclui-se necessariamente a disponibilidade para uma participação activa na vida associativa. E esta passa também pelo sentido de missão e espírito de serviço inerentes à assunção de cargos nos órgãos sociais.

Ao longo dos últimos 25 anos, foram muitos aqueles que dedicaram uma parte da sua vida ao trabalho voluntário na AACDN, designadamente integrando os seus órgãos sociais.

É tempo, por isso, de redobrarmos a mobilização associativa, chamando sobretudo os Colegas dos Cursos mais recentes para, com reforçada energia, novas ideias e perspectivas e uma sensibilidade mais actualizada para as temáticas da cidadania e defesa, assumirem acrescidas responsabilidades na AACDN.

A experiência acumulada mostra-nos que, na vida das instituições, a continuidade dos projectos precisa da vitalidade que é aportada pelas gerações mais recentes. A mudança, por si só, não será uma garantia de futuro melhor; mas sem mudança o futuro corre o risco de ser mais pobre.

O processo eleitoral tem a virtualidade de criar um espaço próprio para o debate de ideias e para o confronto de projectos. E isso é indispensável para que a instituição se questione sobre a sua missão e as exigências da contemporaneidade.

Pela nossa parte, participámos nos órgãos sociais no biénio 2004-2005 e liderámos a equipa directiva no mandato actual (2006-2007).

Cabe-nos agora apelar a que novos actores subam ao palco, lançando programas de actividades para o próximo biénio e assumindo as respectivas candidaturas.

Abílio Ançã Henriques

Relato de uma viagem à China realizada pela AACDN em Julho/Agosto de 2007

Por Terras do Extremo Oriente

Um regresso feliz!

Que bom é desembarcar em Lisboa e sentir aquele abraço tépido do ar português, do qual já tínhamos saudades... Se fosse de dia, teríamos ainda aquele céu azul inimitável! Mas não se pode ter tudo num só dia!...

Desembarcados, lá descemos às profundezas donde as desejadas malas saem dum buraco, como por magia.

Saíram todas? Sim, ... final feliz!...

Passámos então às emocionantes despedidas, troca de endereços, desejos de nos voltarmos a ver brevemente... Enfim, aquele sentimento de "fim vitorioso" numa aventura em que não havia inimigo, mas a vitória consistia em chegar ao fim inteiro e com todos os pertences!

Nas despedidas, alguém me lançou o desafio:

"Espero que essa crónica saia depressa...!".

A minha resposta automática e impensada foi: "Também eu !..."

De facto, a Esperança é absolutamente indispensável num desígnio como este. Mas as outras Virtudes também são requeridas: A Fé em que tudo isto aconteceu não foi um sonho, e eu serei capaz de o capturar e condensar em linguagem simbólica; e a Caridade é o mínimo que se pode pedir aos companheiros desta aventura e que decerto sentirão as deficiências e insuficiências deste relato.

Por favor, compreendam as limitações dum pobre mortal que se atreve a tentar prender num papel recordações pessoais de experiências colectivas.

A Descoberta do Caminho Aéreo para a China

Dia 21 de Julho de 2007! A noite apanhou-nos no aeroporto *Charles De Gaulle*,em Paris, embarcando na *Air France*, com destino a Xangai. Prevêem-se 10h55 de vôo!

Voando pela noite dentro .... vão passando por nós as luzes de cidades que são marcos na geografia europeia: Berlim, Varsóvia, S. Petersburgo,... Minsk, Moscovo, ... Gorki ...

A turbulência, que manteve em respeito até os mais afoitos, acompanhou-nos até Moscovo, dificultando o já de si pouco estimulante jantar, no desconforto da imobilidade e do aperto, típicos das viagens aéreas.

... As luzes são reduzidas, convidando os pacientes ao sono. ... Ah! o sooono!..., recurso bem-vindo para os que aceitam trocar o desconforto, pelo seu efeito mágico de acelerador do tempo, esperando acordar já na ansiada China.

Enquanto os abençoados de Morfeu voam por outros universos, sonhando sabe-se lá o quê, ... eu vou espreitando o *GeoView*, espécie de janela electrónica sobre o mapa da rota traçada.

Assim, vão desfilando referências que a geografia do Liceu deixou indeléveis na memória: os Montes Urais, ...a imensidão da Sibéria, ...as cidades de Ekaterinburg, Omsk, ...Novosibirsk ... Irkutsk, na passagem para a Mongólia...

A noite foi curta: como viajámos contra o Sol e a grande altitude, passadas umas duas a três horas, o Sol já está nascendo sobre a estepe.

Espreitando pela janelinha (com cuidado para não despertar os dormentes), vejo o verde da Sibéria, os meandros do Jenissei, o lago Baical (onde nasce o grande rio Lena), os agrestes e desolados montes do planalto da Mongólia, o deserto de Gobi, ... e depois, o impenetrável véu de nuvens brancas que recobre toda a China até Xangai.

Na imobilidade e sossego do meu observatório, vou passando em revista algumas ideias sobre a China que irão ser postas à prova muito em breve: a velha China impenetrável que não quer nada com estrangeiros; a monotonia humana dum povo obrigado a vestir à Mao (aqueles uniformes verdes...); a luta solitária pela vida, atormentada pelos propagandistas da Revolução Cultural; a presença opressiva da disciplina dum partido comunista ortodoxo; ...um mundo de bicicletas e automóveis antigos; ...a alimentação esquisita; ... Como eu estava enganado!

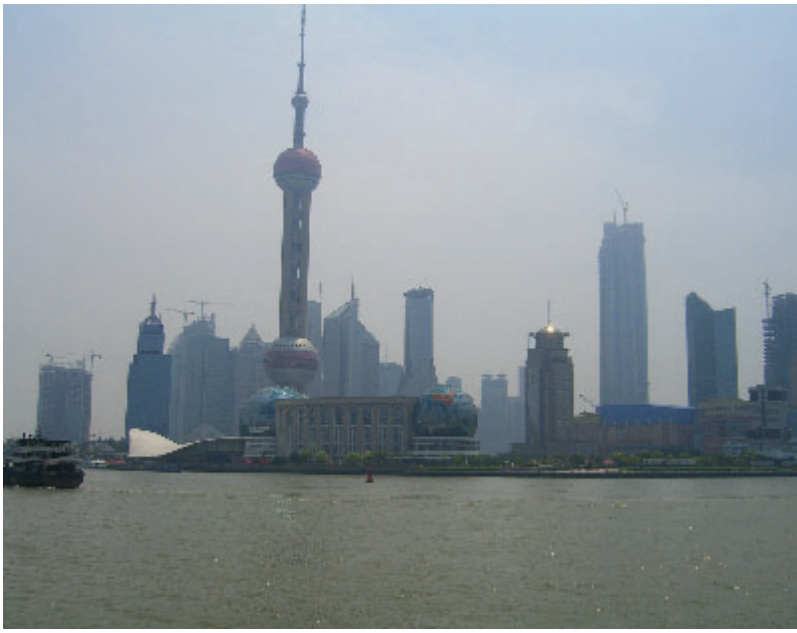
Mas, por outro lado, recordo o muito que li sobre a Grande Muralha, as dinastias e seus palácios, o exército soterrado de terracota, os grandes rios Azul e Amarelo, o mar humano das grandes cidades costeiras, o interior misterioso e as lindas paisagens retratadas nos biombos chineses!...

Enfim, a expectativa é imensa! Sem dúvida, esta será "a viagem da minha vida!"

ShangHai ou Xangai? (isto é, a cidade sobre o mar)

Em Shanghai, ou Xangai, alguns, como eu, pisaram solo chinês pela primeira vez.

A China recebeu-nos com um céu de chumbo, uma temperatura a rondar os 30ºC, mas com uma humidade elevada. Para quem já esteve na costa índica (Beira,



Moçambique), a sensação é idêntica. Para mim, nem é de todo desagradável, desde que haja uma bebidinha fresca e um refúgio climatizado para recuperar!

São cerca das 16 horas locais e o Sol já se vai escondendo.

Estamos na hora legal de toda a China (fuso 8), embora a zona costeira fique já no fuso 10. Há, portanto, sete horas de diferença para Lisboa (fuso 1), mas o Sol põe-se muito cedo.

As formalidades do aeroporto nem foram muito maçadoras, as malas apareceram todas e o nosso guia lá estava de sorriso rasgado (por acaso o sorriso até nem era amarelo).

Yan ou Huan era o seu nome!

A sua fisionomia e a testa alta logo nos fizeram recordar o grande camarada Mao. Mas revelou-se até uma boa pessoa, simpático e colaborador!

Chegámos ao *Hotel Le Royal Meridien*, uma torre prismática moderníssima de 66 andares, já de noite. A iluminação da cidade é feérica. Os modernos e altíssimos edifícios são iluminados em várias cores, fazendo ressaltar a sua arquitectura arrojada. É um espectáculo lindíssimo!

Logo em frente ao Hotel, fica o Parque do Povo, zona pedonal antiga, onde tivemos o nosso banho de multidão nocturna. Ainda surpresos e intimidados, mergulhámos nesse mar de gente que palra uma língua estranha e nos empurra sem sabermos para onde.

… Cuidado para não perder o guia!... atenção às bicicletas, olha esse mini-bus eléctrico (que vai rompendo com um estranho apito que mais parece um grasnar de ave de rapina)! .

Estaremos ainda neste planeta?...

No dia 22, após um magnífico pequeno almoço de *buffet* variadíssimo (a que aliás nos iríamos habituar nos restantes hotéis da viagem), partimos de autocarro para uma volta pela cidade antiga. Vimos edifícios da época da concessão comercial inglesa e francesa (*the Bund*) assim como alguns de arquitectura soviética muito austera.

Parámos na Avenida Bund para ver e fotografar a famosa vista da curva do rio Huangpu, onde, na outra margem, uma floresta de torres e arranha-céus dão a imagem de marca

de Shanghai: uma cidade comercial moderna, em crescimento acelerado, onde estão instaladas todas as famosas cadeias de hotéis e representadas as maiores companhias do mundo. ... Se isto não é capitalismo!...

Sinto alguma perplexidade ao imaginar os tempos ainda recentes de Mao Tse Tung e tento compreender o lema do actual Partido Comunista: "Um país, dois sistemas".

Mas ainda tínhamos muita China para ver!

Esta imagem da cidade faz lembrar Nova Iorque quando se olha a ilha de Manhatan. Para não prejudicar esta vista com pontes, as ruas atravessam o rio através de túneis. Ficámos uns momentos tirando fotos, apreciando a beleza tão futurista, no anti-clímax dessa China não sonhada!...

(Um flash humorístico: olhando as arquitecturas futuristas no horizonte, havia uma torre com uma zona central vazia, como se fosse uma passagem. O guia comentou com humor sarcástico: "... é um edifício com sistema anti-terrorista, preparado para o choque de aviões!")

O rio Huangpu faz parte dum emaranhado de lagos, rios e canais que se interligam com o estuário do Yantzé, permitindo uma navegação intensíssima...

No coração da cidade velha ... Um Buda feliz!

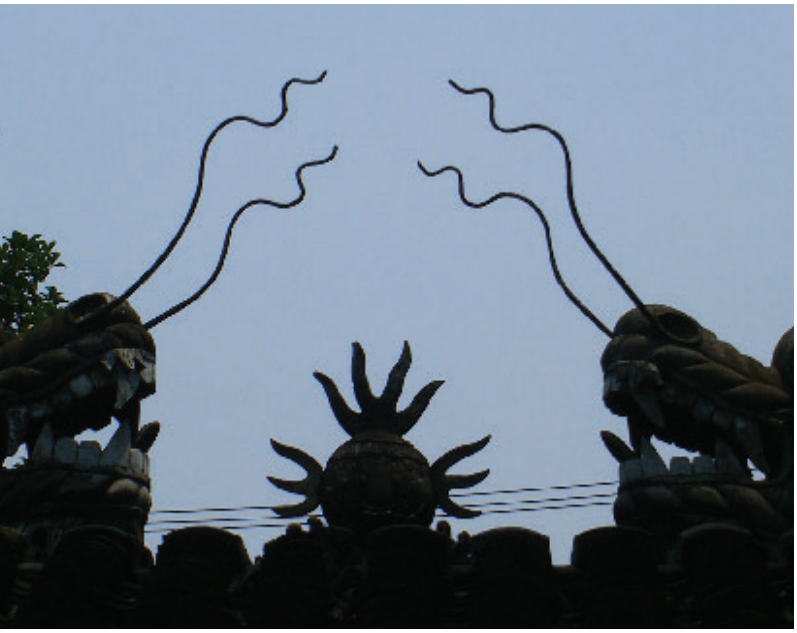
Deixámos o autocarro e caminhámos a pé por um jardim inundado de vendedores de rua (com brinquedos engraçados), onde consta que os chineses vão de gaiola em punho, passear os seus passarinhos de estimação. Assim fomos dar à cidade velha, com as suas ruas de lojas e cafés de arquitectura tradicional, com muita madeira, dourados, colunas, anúncios e caracteres chineses, ... muita cor e muita, muuuita gente!

No meio de tudo isto, um templo Budista "O Templo do Buda de Jade Branco".

Recordo as diversas vezes que tivemos de levantar a perninha para passar as portas, pois é como nos navios:... Há uma travessa no patamar! Parece que o objectivo é impedir a entrada dos espíritos maus, que se arrastam pelo chão...

O grande Buda era representado exibindo a sua gordura ...

Dum lado, um macaco oferecia-lhe pêssegos, do outro, uma jovem oferecia-lhe água! Talvez a ideia fosse um regime de emagrecimento, que bem precisava. Mas desconfio que essa será talvez a imagem sonhada do Nirvana, para quem se habituou a tão pouco!



Um oásis, ...com os arranha-céus ao fundo!

Visitámos também o "Jardim do Mandarim YuYuan".

Este sim, sabia viver!

Depois de passarmos as salas destinadas ao trabalho, receber visitas e reclamações, negociar, etc, passámos aos jardins onde a água e a sombra se conjugavam para dar um ambiente de frescura bem necessário neste clima tropical.

Árvores de sombra, lagos, pontes e montes de pedra calcária rendilhada... nalguns locais túneis bem frescos!... Unhhh, que maravilha!

A recordação que guardo deste "Jardim do Mandarim" é de paz e prazer estético!...

Recordo ainda as cigarras, que usavam um sistema de intermitência verdadeiramente genial para poupança de esforço: ... Todas ao mesmo tempo entravam em vibração com o som estridente característico, mas passados uns segundos, começavam a esmorecer até ao silencio total. Uns segundos depois, repetiam o ciclo numa cadência infernal interminável!

Saímos de novo para a praça buliçosa, mas agora para cumprir outro ritual: o almoço no Restaurante Lubolang, verdadeiro paraíso pela decoração, pelo ar condicionado e pelo repasto propriamente dito: começámos a habituar-nos à mesa chinesa com centro giratório, onde se vão colocando as iguarias de que nos vamos servindo, conforme o gosto e a aptidão combinatória... juntando fruta com carnes, hortaliças esquisitas, cerveja chinesa e outras chinesices ... mas com resultados satisfatórios!

A nossa perplexidade sobre o que estaríamos comendo foi facilmente ultrapassada pelo prazer da degustação. Aliás a informação do guia de que na China tudo era comestível, logo nos tranquilizou: ..."Na China come-se tudo o que voa, menos avião. Tudo o que anda na água, menos barco. Tudo o que tem 4 patas, excepto a mesa!..."

À saída fomos observando fotografias de convivas famosos, desde generais do regime, até corpulentos dirigentes africanos, mas com especial realce para o Presidente Clinton e esposa!

No largo em frente ao restaurante, passavam apressados chineses de todos os tipos, jovens e velhos, traços étnicos variados. Todos pareciam ter um rumo bem determinado! Só nós, os turistas, empunhando as máquinas fotográficas, ou correndo de loja em loja, perturbávamos essa torrente caudalosa.

Mas o calor era tanto que até os mais insofridos compradores de "pechinchas" começaram regressando ao ar climatizado do restaurante, inundando sofás, escadas, WCs, etc.

Relato aqui um episódio pessoal interessante: um petiz de lindos olhos em bico, tez acobreada, cabelo rapadinho, calções curtos como única veste, achou piada talvez à minha barbicha branca de "bicho estrangeiro" e não parava de apontar e palrar: "Ma'ma Ma'ma, ...xi...ta, ta, ta...", que seria em linguagem simbólica qualquer coisa como: "Mama, olha este tipo esquisito de cabelo branco e olhos azuis ...posso tocar-lhe?...".

Eu parei e tentei fazer-lhe uma carícia, mas ele recuava mantendo a distância de segurança, até que a Ma´ma o veio buscar por um braço...

Pela primeira vez na vida tive a estranha sensação de bicho exótico, exposto à apreciação das crianças no zoo... Ainda me rio ao pensar nisso!

A fantasia do Circo!

À noite fomos brindados com o melhor espectáculo de circo que já vi na minha vida. Não é possível descrever a beleza, a magia, a perícia de cada número! É necessário participar para sentir a emoção e a maravilha!

Limito-me a uma apreciação técnica, pois o trabalho de engenharia que torna possível este espectáculo está escondido, mas sempre presente!

Em primeiro lugar, o *Shanghai Circus World* tem lugar num edifício especialmente construído para este efeito. Da sua cúpula em abóbada, pendem estruturas metálicas que vão subindo e descendo para permitir os diversos números. O espectador não as vê, pois as luzes mantêm-nas sempre na obscuridade.

Do tecto desce a gaiola onde se passa o primeiro tema, que me parece representar a génese do povo chinês. Com luzes interiores e um tecido translúcido a envolver a gaiola, a cena passa-se em contraluz... De repente desaparece o tecido e a gaiola! (sobe, aproveitando uma distracção das luzes que não deixam ver esse movimento). A imagem passa da utopia à realidade, sem que o espectador sinta a tecnologia!

Essa gaiola terá talvez servido no último número para o espectáculo das motos no "Poço da Morte".

Com o apoio da manipulação de luzes, do tecto descem artistas que parecem aparecer e desaparecer do nada!

O controlo de luzes é espectacular. O sincronismo só pode ser obtido por controlo electrónico e informático de ponta! Os pormenores de colocação da orquestra e dos coros que, por efeitos de panos e luzes, só aparecem quando o desenvolvimento do drama assim o aconselha! Prodigioso!

No final do espectáculo, caíam do tecto uns papelinhos como se fossem neve! Todos tinham algo escrito. Alguns eram provérbios com o seu equivalente na nossa cultura. Por acaso guardei um que dizia assim: *Travel is the intersection of time*. Encaixa perfeitamente!

Guilin (isto é, o Bosque)

Partimos muito cedinho para o aeroporto, donde um avião da *China Eastern Airlines* nos transportou em 2h15 para a cidade de Guilin.

Na viagem do aeroporto para Guilin, começámos a maravilhar-nos: a paisagem de altos e esguios picos de calcário branco revestidos de vegetação verde, contra um céu azul sonolento, debruado a branco por nuvens baixas, faz aguçar as expectativas. Já vi imagens semelhantes em louça da China, ou nos biombos!... Afinal não era imaginação do artista!

O nosso guia, de nome Huan (também!?), falando espanhol, vai-nos instruindo em relação ao quotidiano chinês: palavras básicas (Bom Dia, Olá = Ni'Hao; Obrigado = Xie, Xie; Sim = Xi; Não = Bu);

Os quatro tons – a palavra Ma pode ter quatro significados conforme a entoação: Mãe... Linho... Cavalo... Mulher..... Muuuito complicado; A maior reforma dos últimos 2000 anos – o camponês deixa de pagar renda ao Estado;

Ensino secundário é gratuito;

Na Universidade, o Estado paga 80% das despesas aos filhos dos camponeses desde que passem nos exames;

Existem 250 variedades de arroz, mas só sete são comestíveis. O preço é de cerca de 0.5 •/ kg;

Política demográfica – cada casal nas cidades só tem direito a um filho. Mas no campo e nas minorias étnicas, podem ter dois, sem pagar multa. Esta é de cerca de 4% do ordenado, mas o prevaricador nunca mais é promovido e se é chefe, é despromovido e expulso do partido.

Sentado no autocarro de conforto razoável (climatização exagerada para o lado do frio), da marca *Shen Long*, de fabrico coreano ou chinês?,... vou observando o ambiente: a estrada é de bom piso e bem sinalizada, vejo búfalos a

pastar, a cor predominante é o verde, as casas têm uma arquitectura muito fraca – coberturas de zinco ou fibrocimento.

Na estrada há predominância de triciclos e veículos agrícolas. Começo a ver condomínios fechados. Aproxima-se a cidade, as paredes estão cobertas de caracteres chineses em cores berrantes. Devem ser anúncios!

O guia continua a explicar: As matriculas podem ter quatro cores – azul se é um pequeno veículo, amarelo se é grande; branca para a Polícia e Exército, preta para o Corpo Diplomático. Os limites de velocidade são conforme sinalizado localmente. Há imensas bicicletas. Muitas são eléctricas. Também há bicicletas-táxi. Estão aguardando e têm um capacete em cima do banco de trás. Os capacetes são muito feios, do tipo Exército Nazi.

Vejo muitas mulheres de bicicleta com uma viseira a tapar o rosto. Explicação curiosa – como a cor branca é a mais desejada, a viseira é para proteger a cara do Sol e não a escurecer. Ai, as mulheres e a beleza!...

Guilin é atravessada pelo rio Li e este é afluente do rio das Pérolas, que desagua em Macau.

O clima é subtropical. É a cidade mais a Sul em que estivemos, mas, devido a ser interior, o clima é ameno, com menos humidade. Já vemos alguns bocadinhos de céu azul, mas nada que se compare com o céu português.

Após *check in* no *Hotel Sheraton Guilin*, almoçámos no restaurante típico chinês *Tea Banquet Lunch*. Muito comestível e até apetitoso! A mistura de carnes, verduras e fruta agrada-me. Assim como a liberdade de fazer misturas a gosto!

Começa a fantasia ...um álbum de sonhos!

Após o almoço, visitámos um estranho, mas lindo local, com uma pequena gruta que dava para um lago muito belo, com pescadores nos seus barcos de bambu e... os corvos pescadores (cormorões?) que iríamos apreciar devidamente, mais tarde, Ah... e um horizonte de sonho! A colina com a gruta parece que se chama da Tromba de Elefante.

Huum.. as analogias não são o meu forte.

Olhando a paisagem calma do lago e os pescadores, senti, isso sim, uma nostalgia e no ouvido a linda ária "O pescador de Pérolas". Um pouco de poesia num local tão cheio de barulho!

Por cima dessa gruta, um maciço calcário, com uma escadaria de não sei quantas centenas de degraus, que subimos ofegando e destilando (que calor, senhooor!).

O prémio estava no topo, com um panorama idílico sobre a cidade, o rio, os montes cónicos em verde e o horizonte recortado de picos em vários tons de azul e cinzento.

Aí tomei conhecimento com um "artista da tesoura" que, sem nunca fazer correcções, vai recortando um papel e, no fim, sai o nosso perfil com óculos, boné e barba. Gostei e comprei (desgraçadamente acabei por perdê-lo).

Por uma estrada paradisíaca, rodeada de arrozais, lagos e picos calcários, fomos visitar a gruta da "Flauta de bambu". A escadaria para aceder à gruta e a pressão dos vendedores de recordações e mais sabe-se lá o quê deixaram-nos esbaforidos. Apesar disso, a climatização da sala de espera pecava por excesso, verificando-se alguns movimentos de fuga para os cantos onde a aragem glacial não chegava.

A densidade de visitantes é enorme e o nosso grupo mereceu honras destacadas com guia particular.

Tenho visto muitas grutas e esta é realmente soberba. Destaco a utilização de luzes coloridas, sem preocupação de as esconder. Embora o ambiente seja mais artificial, o resultado estético é impressionante e ajuda à magia.

A viagem ...por dentro do sonho!

Após um jantar livre num restaurante local onde experimentámos algumas sensações picantes, fizemos um passeio náutico inolvidável: uma viagem nocturna no rio Li, através da cidade.

Toda a margem do rio foi sujeita a uma encenação teatral com luzes coloridas reflectindo-se na água, realçando efeitos nas margens ... É como uma viagem por dentro dum sonho ... o pagode, os repuxos, o templo colorido no alto do monte e, principalmente, as pontes! Curiosamente, as pontes são modelos adaptados das pontes mais célebres do mundo: *Golden Gate*, a Ponte *Veccio* de Veneza, as pontes de Paris, de Roma, de Viena! Até uma ponte de madeira, projectada mas não construída por Galileu! E não são brinquedos! No outro dia atravessámos algumas de autocarro! Realmente não corresponde à imagem convencionada da China estranha, fechada ao mundo...

A meio desta viagem mágica, tivemos uma demonstração da pesca artesanal com corvos marinhos:

Nas suas pirogas de bambu, os pescadores têm apenas o remo, o balde, os corvos e uma luz forte incidindo na água. Os corvos não estão presos e portanto participam simbioticamente na pesca...

O pescador larga o corvo, que emerge passados uns minutos com um grande peixe na sua garganta inflável. Não o engole, porque há um laço que lhe aperta o fundo do pescoço. O pescador estende-lhe o remo e ele sobe até ao barco; tenta engolir o peixe, mas não é capaz e então o pescador limita-se a apertar o pescoço no sentido do bico, saltando um enorme peixe directamente para o balde!

A isto é que se chama produtividade!...

Uma viagem inesquecível!

No dia seguinte embarcámos num cruzeiro pelo rio Li (LiJiang), descendo 83 km até Yangshuo...

É de cortar a respiração : como num filme, as paisagens de sonho vêm ao nosso encontro de curva em curva. Alguém já lhe chamou galeria de arte da natureza! Como em procissão, os barcos turísticos perseguem-se e cruzam-se

com os turistas, acenando, felizes ...Alguns barcos mais ligeiros ultrapassam e param nas margens para melhor apreciarem os pormenores …Algumas casas de camponeses e as suas culturas... Os búfalos pastando a erva do fundo são como rochas que levantam a cabeça de vez em quando !...

A ré dos barcos turísticos é a cozinha ao ar livre, onde são preparadas as iguarias que vamos almoçar. É claro que a água é a do rio, mas que mal tem? Até dá mais substância e é rica em sais minerais...

À chegada a Yangshuo, é a explosão do comércio! Só me lembro duma rua cheia de vendedores de tudo, ladeada de lojas de tudo,... de pregões, puxões, encontrões e... lá se vão os tostões!...

Um bar resguardado e climatizado permitiu-nos tomar uma cerveja chinesa que, aliás, muito apreciei. Leve, pouco álcool, pouco ácida, pouco cara ... Fiquei fã!...

Pormenor interessante: o regresso ao autocarro é feito em veículos eléctricos, não poluentes. Uma preocupação ambiental? Não condiz com as ideias feitas sobre a China.

O retorno a Guilin é feito por estrada. A mesma beleza no horizonte, mas agora com casas, motorizadas e bicicletas, veículos agrícolas...

Nas plantas reconheço o milho e... talvez os choupos... mas não sou perito!

O guia diz que os camponeses trabalham só de manhã por causa do calor. A chuva é uma visita assídua de Março a Maio. O céu azul, só nesta época do ano

Estamos chegando de novo à cidade.

O trânsito é contínuo e há poucos semáforos. Então o peão quando precisa atravessar, vai em frente... e os carros, bicicletas e autocarros vão-lhe traçando tangentes, primeiro pele frente, depois por trás, até que respira fundo já do outro lado. È preciso coragem, mas normalmente resulta (eu tentei, mas desisti!). Segundo o guia, os acidentes são raros, mas quando acontecem, o peão tem sempre razão!

O autocarro atravessou de novo a cidade e foi deixar-nos numa galeria de pérolas: *Zihuan South China Pearl Center*.

Enquanto uns se entusiasmavam com as preciosidades e convertiam *yuans* em artísticos adornos, outros regressaram ao hotel, e eu estava entre eles, até porque sentia necessidade de experimentar os maravilhosos benefícios das afamadas massagens!

Então ninguém conhece Portugal?!

Não resisto a contar um episódio pessoal na famosa casa de massagens.

Foi assim: Conduzido à salinha onde outros pacientes estavam a ser manipulados, já deitado e olhando o tecto, vejo o ar curioso da simpática menina que me faz perguntas e sorri enquanto massaja sabiamente a minha cabeça, encontrando músculos que eu até desconhecia.

A sua linguagem é decerto correcta, mas eu não percebo nada e respondo com o meu *English* de emergência que também não satisfaz a curiosidade dela. Até que ela consegue articular a palavra "*English*?" e eu respondo com alívio "*No*!".

Entretanto as outras massagistas já me rodeiam com olhos curiosos e interrogativos. A minha negação da proveniência inglesa parece gerar grande satisfação e então, pegando na minha mão, escreve com marcador alguns símbolos chineses que decerto serão inteligíveis por todas as pessoas não inglesas... Colocando o marcador na minha mão, espera uma resposta, mas eu, com pouco jeito para o desenho simbólico, só sei desenhar um ponto de interrogação!

É então que os Deuses se compadecem e, da maca ao lado, ouço a pergunta balbuciada:

"*Where are you from*?" .

Ah! Bom!... "*Iam portuguese* ... Portugal!" .

Não resultou!...

Uso a palavra chave: Macau!

A seguir iria tentar Figo, Ronaldo e talvez José Sócrates!... Mas não foi preciso. No retorno, surgiu a palavra Lisboa ... e, enfim! estamos entendidos.

A minha vizinha e intérprete era chinesa de Taiwan...

Lá se foi, ...desejando-me bons efeitos da massagem e de novo fiquei sem canal de comunicação. Mas os olhares já eram felizes e os sorrisos cúmplices...

Enfim, saí dali aliviado! Talvez um pouco desiludido com o pouco efeito que a palavra Portugal desencadeou. Só mais tarde aprenderia como se pronuncia em Chinês essa palavra mítica!

O folclore, a alma dum povo!

Mas as maravilhas de Guilin ainda não tinham terminado e à noite fomos brindados com um espectáculo folclórico, que é algo que sempre aprecio.

Chamava-se *Something of Etnical – A Grand Epical of Minority Nationality Song and Dance*. Recordo a beleza e o colorido dos trajes, as danças acrobáticas... Pelo palco passaram representantes das etnias Zhuang, Yao, Hui, Miao, Han e Dong! Pelo que percebi, cada etnia tem a sua especialidade: pescas, limpeza, arroz, etc.

Terminou em beleza com grande alarido e manifestações gloriosas dos Dong, o que me faz pensar que até nas minorias há esmagadoras maiorias!

No dia seguinte a caminho do aeroporto, revejo e confronto as minhas ideias sobre Guilin, que é uma pequena cidade toda virada para o comércio e o turismo. Tem também a pesca e a produção de pérolas através da criação de ostras. O turismo interno é intenso e vê-se que não é recente. Aliás os estrangeiros eram uma minoria em todos os espectáculos!

Como é que seria nos tempos de Mao e da Revolução Cultural? Como é que o lazer ocioso e burguês convivia com o livrinho vermelho?... E os trajes tradicionais tão coloridos, com o uniforme verde à Mao?...

ChongQing (isto é, a dupla felicidade)

Partimos de Guilin para Chongqing em avião da *Xiamen Airlines*, num pequeno voo de cerca de uma hora. As hospedeiras usavam trajes regionais muito bonitos.

Conhecemos em Chongqing o guia que nos acompanhou até Beijing. O seu nome creio que era Huan. Parecia algo incomodado, ou seria timidez?

Apresentou-nos a nossa guia local chamada Windy. Só falava inglês, mas com grande desenvoltura.

Huan traduzia para espanhol, mas com grande relutância.

Windy era uma "bonequinha de porcelana" tão linda que dava vontade de tocar para ver se era real. Fez questão em provar que Chongqing era a maior cidade do mundo, com 32 milhões de habitantes e sempre a crescer. Nem a cidade do México, nem Tóquio lhe chegavam aos calcanhares.

À nossa observação se isso seria bom ficou sem resposta... As tais diferenças culturais!

Chongquing é atravessada pelo rio Iantzé, o maior rio da China, com cerca de 6300 km de extensão. Nos meus tempos de liceu, conhecia-o por Iansequião. Num mapa chinês vem Iang (rio) Tse-Qiang.

A Windy falou-nos muito do "Panda gigante" (O Huan, no seu típico espanhol, traduzia por *Osso Panda*. Este panda está em grande perigo de extinção: parece que só há sete no mundo (Interessante – li por estes dias que a China tinha oferecido dois a Espanha. Não haverá qualquer engano?) Bom, mas o pior é que também só comem uma espécie de bambu, que está também em extinção. Há que optar, ou o panda, ou o bambu!, ou então ensinar o panda a comer outra coisa. Segundo li, o seu aparelho digestivo é de carnívoro, mas a sua indolência não lhe permite caçar. Por outro lado, o valor calórico do bambu é tão baixo que também não pode despender energia em caçadas. Problema complicado!

Infelizmente, só acasalam um mês por ano e abortam com grande facilidade. A mãe só é capaz de cuidar duma cria de cada vez pelo que, se nascem gémeos, um morre. A gestação é de quatro a cinco meses e as crias são tão pequenas que parecem ratos cinzentos avermelhados.

Fomos almoçar em restaurante local de grande classe. Estávamos prevenidos para comida muito picante, mas afinal minúsculos da folha. Parece uma pintura no espaço ou um holograma!

Fiquei também a saber que uma pintura chinesa de autor tem quatro elementos artísticos: o desenho, a poesia inserida, a caligrafia e a assinatura.

Ah! O tão desejado rio Azul!

Subimos a um lindo jardim coroado por uma torre--miradouro sem grande qualidade estética. Mas a vista vale a pena: vê-se a junção do Iantze com o seu afluente Jialing (de igual largura), os edifícios em torre estendem-se a perder de vista (aliás a visibilidade está toldada por um capacete de humidade). Percebemos que a cidade tem vários pólos de grande densidade e outras zonas verdes não habitadas. A imagem que fica é um tanto ou quanto feia e cinzenta! Será agradável viver no meio de tantos milhões?

Como curiosidade, esta cidade já foi sede do Governo durante a guerra com o Japão. Escolhida devido à distância da costa e os frequentes nevoeiros que dificultavam os bombardeamentos. A população escondia-se nas muitas grutas e cavernas existentes nos montes circundantes.

A circulação automóvel é intensa. Vêem-se carros de último modelo das melhores marcas europeias.

Fui a um centro comercial moderníssimo e muito bem apetrechado. Guardo a foto em que estou com dois jovens chineses eufóricos, levantando os dedos em V de vitória!

Após o jantar no *Marriot Hotel*, seguimos para o cais onde iremos dar início *à viagem maravilhosa no Yantze (***no próximo Boletim***)*.

Autor

Engenheiro Sousa Pereira
Sócio nº 875/04 da AACDN

Carlos Brito

(XI Governo Constitucional – remodelação de 5 de Janeiro de 1990)

Nome: Carlos Eugénio Pereira de Brito
Data de nascimento: 19 de Novembro de 1935
Naturalidade: Porto
Número de filhos: 3
Estado Civil: Viúvo de Maria Natália Teixeira Guimarães Branco de Brito. Casado, em segundas núpcias, com Fernanda Cristina dos Santos Araujo Caridade

Carlos Brito é licenciado em engenharia civil, pela Universidade do Porto, desde 1959. A 6 de Janeiro de 1990, assumiu a pasta da Defesa, após a demissão apresentada por Eurico de Melo.

Para além da formação universitária, Carlos Brito possui uma especialização em matérias de organização e gestão de empresas e um estágio na *École Supérieure du Commerce de Lyon*, sobre Formação de Gestores. Estas habilitações, segundo o próprio, valeram-lhe a responsabilidade do "projecto de organização da empresa EDP", da qual foi Director Central para Organização (1977/1983) e assessor do Conselho de Administração (1988). Foi também colaborador da Hidroeléctrica do Douro (HED), durante o ano de 1962.

Do seu currículo destaca-se, ainda, uma actividade sindical importante, a começar pela fundação e presidência da Direcção do Sindicato dos Engenheiros do Norte (1975/78). Faz, actualmente, parte do Conselho Fiscal da Ordem dos Engenheiros da Região Norte, da qual também já foi Presidente do Conselho Directivo e representante português na *Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs* (FEANI).

A sua vida pública iniciou-se em 1975, ano em que se tornou militante do PSD. Nos XIII e XIV Congressos do partido (1986 e 1988), foi Vice-Presidente da Comissão Política Nacional. Entre 1983 e 1985, vereou os Pelouros de Planeamento Urbanístico, de Urbanização e de Obras da Câmara Municipal do Porto, tendo sido também Governador Civil (1985/87) e Presidente da Câmara interino. Presidiu ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto e ao Conselho de Gerência do Serviço de Transportes Colectivos, respectivamente, entre 1983/85 e 1988/90. Neste ano, candidatou-se à Presidência da Câmara nas autárquicas de 17 de Dezembro, poucos dias antes de ter sido indigitado Ministro da Defesa Nacional. A sua nomeação foi alvo de fortes críticas por parte das chefias militares, referindo-se a ele, não raras vezes, como um "ministro cinzento". Foi substituído a 5 de Março do mesmo ano pelo Ministro da Justiça de então, Fernando Nogueira, após ter apresentado a sua demissão. Os Órgãos de Comunicação Social apontavam, na altura, como principal motivo para esta decisão uma "depressão (…) que o ministro terá sentido, desde o tempo das autárquicas". Em 1 de Outubro de 1995, foi eleito deputado pelo círculo do Porto. É, actualmente, membro eleito da Assembleia Distrital do Porto.

Da sua obra constam também a fundação da Associação Cívica para o Desenvolvimento da Região Norte (Fórum Portucalense) - da qual ainda é vogal do Conselho Fiscal - e a Presidência do Conselho Fiscal da Sociedade Industrial de Trefilaria, SA. É Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações e Provedor do Cliente da Sociedade Anónima de Transportes Colectivos do Porto.

Principais medidas enquanto MDN

A aprovação do Regulamento de Amparos (Portaria n.º 94/90, de 8 de Fevereiro) e a atribuição da Medalha de Ouro de Serviços Distintos ao Colégio Militar (Portaria de 13 de Fevereiro) são as duas medidas mais importantes atribuídas ao Ministro da Defesa Carlos Brito.

No caso da primeira, decorrente do artigo 33.º da Lei do Serviço Militar, estabeleciam-se procedimentos e definiam-se documentos, prazos e termos aos quais deveriam obedecer a organização, a instituição e a tramitação dos processos de qualificação de amparo de família. Fixavam-se, também, "as atribuições e competências dos órgãos e serviços intervenientes".

Importa referir que o seu mandato ficou marcado por um aumento de tensão entre o Governo e as chefias militares, herdado de Eurico de Melo, devido à aprovação de Decretos-Lei tão sensíveis como o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro) e o Regime Remuneratório (n.º 57/90, de 14 de Fevereiro).

Autora

Alferes Ana Dias, do MDN,
Licenciada em Comunicação Social
pelo ISCSP

Soberania Nacional e o Prestígio das Instituições

Compete ao Estado cumprir duas finalidades fundamentais: assegurar o bem-estar dos cidadãos e garantir-lhes segurança.

Em tempo de paz há uma percepção generalizada de que o bem-estar é o mais importante daqueles valores. É, sem dúvida, o valor a que o cidadão médio é mais sensível, por isso mesmo o mais desejado e o mais presente nas suas esperanças de melhoria. É um valor relativamente mensurável, que se faz sentir de forma palpável na vida quotidiana do cidadão. Estas as razões que levam os políticos a ceder frequentemente à tentação de atribuírem prioridade aos encargos com a saúde, a educação, as medidas de acção social, etc.

Por sua vez, a segurança é um valor mais subjectivo e menos evidente. A sua impreterível necessidade é de difícil percepção, ainda que seja imprescindível para que haja bem-estar. Com efeito, pode existir segurança sem bem-estar, mas já não será possível usufruir de bem-estar se não se dispuser de segurança. Esta última é um factor essencial para a garantia de estabilidade política e social e, como tal, indispensável ao desenvolvimento e ao bem-estar dos cidadãos.

A segurança constitui o factor decisivo de afirmação da soberania do Estado, a qual se traduz na capacidade de, por um lado, manter a justiça e a ordem internas e, por outro, de se afirmar autonomamente na ordem internacional

Ter segurança significa, para o Estado, dispor da liberdade de acção necessária para que possa exercer as suas funções sem constrangimentos significativos, quer na ordem externa, quer na ordem interna. A segurança constitui, por isso, o factor decisivo de afirmação da soberania do Estado, a qual se traduz na capacidade de, por um lado, manter a justiça e a ordem internas e, por outro, de se afirmar autonomamente na ordem internacional.

Para o cidadão comum a importância da segurança só é perceptível perante a revelação de uma ameaça. Assemelha-se à saúde, cujo valor inestimável só se pode apreciar quando se sente a sua ausência. Tal como a saúde, a segurança é algo que deve ser preservado antes que a sua falta se faça notar.

Na ordem interna, a segurança é garantida pelo regular funcionamento das instituições democráticas no respeito pela lei, o que confere aos juízes e magistrados uma responsabilidade muito especial, que só pode ser exercida com plena independência dos outros poderes constituídos. Mas a acção dos tribunais é complementada pelas forças de segurança, que têm por missão garantir o cumprimento da lei e das ordens judiciais e impedir que a ordem pública seja perturbada.

Na ordem externa, o corpo diplomático assegura a normalidade das relações do Estado com os seus congéneres, enquanto às Forças Armadas compete apoiar a acção diplomática, quer pelo seu efeito dissuasor, quer pelo seu empenhamento na defesa cooperativa no âmbito das alianças internacionais, quer ainda pelo seu emprego

operacional, quando se tornar inevitável o recurso ao emprego da força. As Forças Armadas constituem ainda, em caso de crise, de calamidade ou de perturbação grave da ordem pública, o último recurso do Estado para assegurar a sua capacidade e a sua eficácia.

Assim, este conjunto de instituições, constituído pelas Forças Armadas, Corpo Diplomático, Juízes e Forças de Segurança, é o suporte indispensável ao regular funcionamento do Estado, que, sem ele, dificilmente poderá afirmar a sua soberania, prover ao almejado bem-estar dos cidadãos e garantir-lhes a desejável tranquilidade.

É compreensível que uma parte dos cidadãos menos informados não se aperceba da importância da contribuição daquelas instituições para o regular funcionamento do Estado a benefício de todos os seus cidadãos. A insuficiente formação cívica, o egoísmo e a concentração nas suas próprias preocupações de bem-estar individual toldam a lucidez de raciocínio e levam a optar pelo que é mais facilmente apreensível. Mas já é mais difícil aceitar que os cidadãos teoricamente mais informados e mais cultos e, sobretudo, aqueles que detêm as responsabilidades da condução da política não tenham consciência da importância de conduzir a política de segurança com o cuidado e o equilíbrio que se lhes exige.

O primeiro cuidado a ter, por razões de princípio mas também de ordem prática, inclui a obrigação de velar pelo prestígio e pela eficácia das instituições que são instrumentos e suportes da execução dessa política. Só a estreiteza de vistas e a ganância do poder podem levar um responsável político a optar pelo ganho eleitoral imediato em detrimento do tratamento devido aos agentes da soberania do Estado. Especialmente quando está em causa a segurança nacional.

Eis as razões fundamentais por que as instituições atrás citadas, bem como os seus respectivos agentes, devem ser preservadas dos interesses polícos partidários. A natureza nobre das funções exercidas por militares, diplomatas, juízes e polícias deverão merecer o respeito e o cuidado de quantos, investidos da responsabilidade de governar, têm por obrigação conferir-lhes a dignidade e a consideração indispensáveis ao exercício das suas missões.

As razões atrás invocadas explicam por que os agentes da soberania não podem deixar de ter um tratamento diferenciado dos funcionários da administração pública. Não para que usufruam de regalias materiais que a outros não sejam conferidas. Mas para que lhes seja reconhecido o carácter específico e especial das suas responsabilidades. Conferir a todos eles o mesmo estatuto dos funcionários da administração pública é uma desconsideração injusta e iníqua, que as numerosas excepções a que o diploma legislativo é obrigado a recorrer não apagam nem disfarçam. É um acto gratuito sem nenhuma vantagem prática, gerador de confusões perigosas e de legítimas reacções negativas que deveriam ser evitadas.

A independência de julgamento, a isenção política, o espírito de sacrifício a bem da comunidade e os sacrifícios exigidos aos agentes da soberania constituem traços característicos das suas funções, diferentes das responsabilidades e dos valores exigíveis aos funcionários, pelo que a sua diferenciação de princípio constituiria um justo tratamento que só os enobreceria e lhes garantiriam o prestígio que merecem e de que necessitam.

A natureza nobre das funções exercidas por militares, diplomatas, juízes e polícias deverão merecer o respeito e o cuidado de quantos (...) têm por obrigação conferir-lhes a dignidade e a consideração indispensáveis ao exercício das suas missões

De todos os agentes atrás citados não se pode deixar de salientar os militares que, desde longa data, têm vindo a ser sacrificados com o falso argumento de que não há, de momento, ameaças à segurança nacional. A sua condição militar não lhes permite gozar dos mesmos direitos dos restantes cidadãos, designadamente os direitos de manifestação e de greve, facto este que tem sido aproveitado pelos sucessivos governos para lhes negarem a mesma atenção que tem sido conferida a outras profissões que dispõem de capacidade reinvindicatica. Esta atitude tem vindo a originar uma inaceitável desvalorização social dos militares, quando comparados com as restantes carreiras da função pública. Com a agravante de que se tem vindo a deixar passar a ideia de que os militares gozam de privilégios de que eles próprios não se dão conta. Algumas compensações que lhes foram justamente conferidas pela Assembleia da República, sob a forma de lei, encontram-se há anos em situação de incumprimento por parte do Estado. Autêntico convite à indisciplina (ou direrito à indignação?) que todos se deveriam esforçar por evitar.

Parafraseando Margaret Thatcher, *Os militares são diferentes porque a vida militar é diferente da vida civil. As virtudes que têm que ser cultivadas por aqueles que, a qualquer momento, podem ser chamados a arricar as suas vidas no cumprimento do dever não são as mesmas que se exigem de um homem de negócios, de um funcionário público ou de um político.*

Um estado cujos militares, juízes, diplomatas e polícias se sentem desprestigiados se não mesmo revoltados não pode sentir-se tranquilo. Descurar o prestígio e a motivação daqueles que lhe garantem o exercício da soberania constitui um erro que os seus cidadãos, a longo prazo, não desculparão.

Autor

Maj-General Mariz Fernandes
Sócio nº 712/01 da AACDN

25º Aniversár
e o seu IX Congr

"Vamos dar início ao IX Congresso Nacional de Auditores, momento alto na vida da AACDN e dos seus associados, no qual estes são chamados a uma participação especial, transformando este evento numa manifestação de vitalidade associativa".

Foi nestes termos que o Presidente da Direcção da AACDN encetou o seu discurso no IX Congresso Nacional – que a seguir se transcreve – e que decorreu na histórica cidade de Évora, Património Mundial, nos dias 19, 20 e 21 de Outubro:

"A actualidade do tema que hoje nos reúne aqui, *Soberanias e Ameaças – Os Desafios das Novas Fronteiras*, constituiu uma excelente motivação para todos aqueles que, ao longo dos últimos meses, se dedicaram a preparar as comunicações que teremos oportunidade de ouvir e apreciar nas sessões deste Congresso e que irão animar a reflexão e debate de todas as congressistas e de todos os congressistas.

E é deste modo que, com um trabalho sério, aprofundado e discreto, fora das luzes da ribalta onde hoje pululam tantas vaidades incontidas, vazias de conteúdo e movidas por interesses tantas vezes obscuros, é deste modo, dizia, que os auditores de defesa nacional mais uma vez marcam a diferença, contribuindo assim

io da AACDN
esso Nacional

para um aperfeiçoamento de todos nós, enquanto cidadãos conscientes e responsáveis, não simples espectadores, mas sim actores efectivos, que no seu quotidiano profissional procuram sempre contribuir para um Portugal mais moderno, mais desenvolvido e mais próspero, que, respeitando o passado, saiba enfrentar as exigências do futuro.

Ao comemorarmos em 2007 o 25º Aniversário da AACDN, temos redobrada consciência das nossas responsabilidades, honrando a memória de todos aqueles que ao longo destes anos deram o seu contributo dedicado para tornar possível a existência desta Associação, com a pujança e vitalidade de que este IX Congresso é testemunho.

É neste quadro que desejo a todos um bom trabalho, na expectativa de que, a par da reflexão e debate, o nosso Congresso seja também um espaço de alegre e saudável convívio de todas as Auditoras e de todos os Auditores.

Para além de todos aqueles que com a sua presença ou representação nos acompanham aqui nesta sessão de abertura, é devida uma palavra para Ilustres individualidades que, por compromissos ponderosos, não podendo estar connosco, nos enviaram mensagens de felicitação e apoio.

Não pretendendo ser exaustivo, refiro-me em primeiro lugar e no plano nacional, ao Senhor Presidente da República, que em audiência concedida à Direcção da AACDN teve oportunidade de manifestar o seu apreço.

Também o Senhor Primeiro Ministro, o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar, por razões que são do domínio público e ligadas aos compromissos da Presidência Portuguesa da União Europeia, não podem hoje estar aqui.

No plano internacional, uma referência ao Senhor Presidente da Comissão Europeia, Dr José Manuel Durão Barroso, que também em devido tempo nos expressou as suas felicitações.

Permitam-me uma palavra final nesta sessão de abertura para desde já agradecer todos os apoios que tornaram possível a realização deste Congresso em Évora.

Aqui, deixo uma menção a todos os conferencistas, presidentes, moderadores e oradores das várias sessões e uma palavra especial ao Senhor Dr José Ernesto Ildefonso Leão d' Oliveira, Ilustre Presidente da Câmara Municipal de Évora, que desde a primeira hora, e com especial carinho, apoiou esta nossa iniciativa.

Neste agradecimento inicial saliento ainda todos os patrocinadores oficiais, que o programa do Congresso destacadamente evidencia, pelo prestimoso apoio concedido.

Realço naturalmente o dono desta casa onde estamos, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, aqui representada pelo seu Vice-Presidente, Dr António Viana Afonso, pelo especial apoio logístico à realização das sessões de trabalho do nosso Congresso (...) A adesão de todos a este Congresso, através do significativo volume de participantes inscritos, é a melhor resposta que podemos ter para compensar o esforço desenvolvido pela equipa que trabalhou arduamente na preparação deste evento".

O auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) serviu de palco: à sessão de abertura – na qual o Presidente da Câmara Municipal de Évora, Dr José Ernesto Leão d´Oliveira, proferiu elogiosas palavras de boas-vindas; à conferência inaugural proferida pelo Professor Doutor Barros Dias – subordinada ao tema *Alteridade e Conflito em Tempos de Globalização* – e a todas as demais comunicações e intervenções no Congresso, que foram muitas e de grande qualidade:

Fronteiras Internas, do Presidente da ADESG, General Licínio Nunes de Miranda Filho; *A Lusofonia, uma Fronteira sem Fronteiras*, do MajGeneral Lemos Pires; *Portugal: Novas Fronteiras, Novas Oportunidades*, do Dr Luís Pedro Santos Maia; *A Politica Portuguesa de Cooperação para Desenvolvimento como Mecanismo de Defesa dos Interesses Estratégicos de Portugal em África*, do Dr Manuel Clarote Lapão; *Ameaças Terroristas NRBQ e Saúde Pública, num Portugal sem Fronteiras*, da Dr.ª Ana de Jesus Harfouche; *Os Recursos Hídricos de Portugal num Mundo sem Fronteiras,* do Eng José Luís Pereira Gonçalves; *Mestrados e Doutorandos sem Fronteiras*, da Professora Doutora Maria Manuela Sarmento; *O Global é o Local sem Fronteiras, ou o Desafio das Novas Descobertas*, do Prof. Doutor António Vilar.

Estas foram as comunicações do primeiro dia, de que foram presidentes das respectivas sessões, o MajGeneral Bacelar Begonha e o Dr Manuel Gameiro; e moderadores o Professor Doutor Mendo Castro Henriques e a Dr Maria José Rebocho.

O segundo dia iniciou-se com a Comunicação do Professor Engenheiro Amadeu Leão Rodrigues, *Aproveitamento da Energia das Ondas ao Longo da Costa Portuguesa;* seguiu-se *Uma Estratégia de Recursos para Portugal*, da Mestre Patrícia Calca, e *A Segurança e as Questões Transfronteiriças*, Professora Doutora Maria do Céu Pinto.

Os presidentes das sessões foram o Engenheiro Horácio da Maia Ferreira e Costa e o TenGeneral Garcia Leandro, e os moderadores a Drª Maria Isabel Guerra e a Drª Dorinda Vagos Gomes

Da parte da tarde os trabalhos continuaram com as comunicações do Dr. António Macieira Coelho, *A Segurança dos Cidadãos e as Contingências Modernas; Um caso de Prospectiva: o Novo Aeroporto de Lisboa – Corrigir o caso da Ota,* do Professor Doutor Mendo de Castro Henriques; e *Um Mundo a Diferentes Velocidades. Globalização e Sociedade de Risco*, da Professora Doutora Teresa Rodrigues.

O MajGeneral Mário Gomes e o Dr José Silva Monteiro foram, respectivamente, o presidente e o moderador das sessões que se seguiram: *Migrações e Saúde*, da Drª Maria José Rebocho; e *As Relações Transfronteiriças. Os Casos Particulares da Andaluzia e Galiza*, do Dr José António Silva e Sousa, Presidente da Assembleia-Geral da AACDN.

O Presidente da Comissão Cientifica para o Congresso e Vice-Presidente da AACDN, MajGeneral Joaquim Silveira Sérgio, apresentou as Conclusões do Congresso.

Uma exposição fotográfica, intitulada **25 Anos da AACDN** – sob a coordenação do Dr Rui Trindade, vogal da Direcção – esteve patente na CCDRA durante os dois dias do Congresso, tendo sido visitada e apreciada pela grande maioria dos participantes naquele evento.

No domingo, o Grupo AACDN viajou, em dois autocarros, até Monsaraz, vila medieval de grande interesse histórico e turístico, tendo-lhe sido proporcionado uma visita guiada – por uma excelente guia que a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pôs ao dispor – que, em cerca de duas horas, lhe deu a conhecer os aspectos mais relevantes e pitorescos daquela vila medieval, implantada no alto de uma colina com uma deslumbrante paisagem, agora refrescada pelas águas do Alqueva.

Dali, o Grupo seguiu para a Herdade do Esporão, a poucos quilómetros de Reguengos, onde teve oportunidade de visitar, com dois óptimos guias, aquela herdade e ficar a conhecer algo mais e muitas curiosidades acerca dos magníficos vinhos que lá se produzem e estão organizados em enormes e modernas caves.

A Administração da Herdade do Esporão presenteou o Grupo AACDN com um magnífico e requintado almoço no excelente restaurante da herdade, momento que encerrou o dia festivo do 25º aniversário da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

Não-ingerência e a responsabilidade de proteger

O pós-Guerra Fria tem sido caracterizado por fenómenos de violência endémica e complexa. A maior parte dos conflitos são de natureza interna, como guerras civis ou revoltas internas de grande escala, complicadas pelo uso de tácticas da guerra assimétrica. A ONU foi obrigada a aumentar as actividades de manutenção da paz como resultado da explosão da conflitualidade em certas regiões do globo. Hoje, o leque de tarefas da sua responsabilidade vai da ajuda humanitária às populações, à reconstrução dos países devastados pela guerra e ao estabelecimento de governos democráticos.

A soberania é um princípio básico da sociedade das nações. Ela significa por um lado a capacidade e autoridade do Estado de tomar decisões em nome e sobre os seus cidadãos, território e recursos. Contudo, ela não é ilimitada, uma vez que é circunscrita por princípios constitucionais legitimados internamente. O segundo corolário da soberania é a obrigação de respeitar a soberania dos seus pares: daí a norma da não-ingerência, uma regra basilar, consagrada no artº 2.7 da Carta da Nações Unidas.

> Kofi Annan falou do Estado como "servo do povo" e não vice-versa

Nos últimos anos, especialmente a partir dos anos 90, os conceitos de soberania e de não-ingerência têm vindo a perder o seu carácter sagrado. Essa metamorfose deve-se: à enormidade dos fenómenos de violência e do número de vítimas; ao impacto crescente das normas internacionais de Direitos Humanos; à crescente influência do conceito de "segurança humana". Esta transformação apoia-se num certo consenso obtido na

comunidade internacional, especialmente na comunidade civil transnacional e em sede de muitas ONGs. Ela constata-se ainda no Direito Internacional (por via do costume), na prática dos Estados e das organizações regionais e na actividade do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a capitulação do regime de Saddam Hussein, em 1991, a ONU enviou tropas para o norte do Iraque para proteger as populações da repressão do regime, criando "áreas protegidas" e estancando o fluxo de refugiados. Esta decisão foi vista como o início de uma nova era de intervencionismo da ONU para proteger as populações dos Estados que põem em prática políticas criminosas contra o seu povo.

O ex–Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, disse que a soberania tem uma dupla valência: uma, investida no Estado; a outra, no povo e nos indivíduos. O conceito de soberania como responsabilidade ganha, assim, terreno à soberania como faculdade de controlo. A transição será difícil e lenta, mas está em curso: da soberania como cultura de impunidade, passamos a uma cultura de soberania como responsabilidade nacional e internacional.

A responsabilidade soberana implica que: os Estados são responsáveis pelas funções de velar pela segurança e vida dos cidadãos e por promover o seu bem-estar; as autoridades nacionais são duplamente responsáveis perante os seus cidadãos e perante a comunidade internacional, através da ONU; os agentes do Estado são responsáveis pelos seus actos e omissões. Kofi Annan falou do Estado como "servo do povo" e não vice-versa[1].

A inferência do princípio do dever de protecção das populações encontra fundamento numa série de fontes legais, como a legislação internacional sobre os Direitos do Homem, as Convenções de Genebra e a legislação humanitária. Os quatro tribunais criminais internacionais e o Tribunal Penal Internacional são a aplicação prática de mecanismos que punem os responsáveis por violência massiva e genocídios. Enfim, o conceito cada vez mais reconhecido da "segurança humana" pretende recentrar a ideia de segurança no indivíduo e suas necessidades básicas, afastando-se de um noção de segurança soberanista, militar e estadual[2].

A questão da intervenção por motivos humanitários foi objecto de inúmeros debates devido a uma série de tragédias: o desaire da intervenção da ONU na Somália; a resposta desadequada ao genocídio no Ruanda em 1994; o fracasso da presença da ONU em evitar vários massacres na ex-Jugoslávia, especialmente o de Srebrenica, em 1995; a intervenção da NATO no Kosovo em 1999. Estes casos chocaram as consciências e geraram enorme controvérsia e levaram o Secretário-Geral, em 1999 e em 2000, a desafiar a Assembleia Geral a procurar uma abordagem viável para estes dilemas. O seu desafio não encontrou uma resposta à altura, porque envolvia questões de poder: de um lado, os defensores dos Direitos Humanos, adeptos da intervenção por razões humanitárias; do outro, os partidários da soberania incondicional do Estado, desconfiados dos propósitos dos defensores (maioritariamente) ocidentais da intervenção humanitária.

O conceito de intervenção humanitária foi sendo desenvolvido ao longo da década, não como "direito de ingerência" ou "direito de intervenção humanitária", mas na fórmula mais aceitável da "responsabilidade de proteger". Embora este não seja um conceito gerado nas Nações Unidas, ele tem vindo a ser operacionalizado em vários mandatos que incluem a protecção dos civis. Efectivamente, as intervenções da ONU criaram precedentes de que põem em causa a inviolabilidade e a soberania dos Estados. Em 2000, o Canadá criou a Comissão Internacional sobre a Intervenção e a Soberania do Estado. A Comissão considerou que "a responsabilidade de proteger" é uma norma internacional emergente,

(...) da soberania como cultura de impunidade, passamos a uma cultura de soberania como responsabilidade nacional e internacional

> compete ao Conselho de Segurança, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, decidir, caso a caso, o uso da força. A responsabilidade de proteger vai, assim, permitir a intervenção da comunidade internacional na protecção de civis em casos (...) de uma manifesta incapacidade de um Estado em pôr cobro a situações extremas no seu território

ou um princípio orientador de comportamento para a comunidade internacional que poderá muito bem ser integrada no direito internacional consuetudinário, se for mais consolidada na prática dos países e na prática intergovernamental[3].

Um dos aspectos positivos da Cimeira da Assembleia Geral da ONU, de Setembro de 2005, foi a nova figura de compromisso oficialmente consignada como "a responsabilidade de proteger". Pela primeira vez, foi conseguido um consenso global, ao nível dos Chefes de Estado e de Governo, que declararam que todos os países têm a "responsabilidade de proteger" as suas populações. Os Estados-membros exprimiram a sua determinação em agir colectivamente, através do Conselho de Segurança quando uma população estiver ameaçada de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica ou crimes contra a Humanidade. Esta "responsabilidade de proteger" não é vaga e indefinida. Ela engloba um leque de deveres que se impõem aos Estados: a prevenção, a acção contra o incitamento à violência, o lançamento de alertas precoces e todo o tipo de medidas que forem apropriadas. São especificados meios — diplomáticos, humanitários e no âmbito da acção colectiva —, que podem ser usados pela ONU quando os Estados faltarem aos seus deveres ou forem omissos.

Se estas medidas se revelarem inadequadas, compete ao Conselho de Segurança, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, decidir, caso a caso, o uso da força. A responsabilidade de proteger vai, assim, permitir a intervenção da comunidade internacional na protecção de civis em casos – e exclusivamente – de uma manifesta incapacidade de um Estado em pôr cobro a situações extremas no seu território, ou se o Estado for o responsável directo dessa violência. Tornar-se-á possível aos países, colectivamente, exercer acção coerciva e, em particular, acção militar, contra outro país, não com o fim de auto-defesa, nem para evitar uma clássica ameaça à paz e segurança internacional, mas para proteger pessoas em risco dentro de um país. A evolução do Direito Internacional ditou "… a erosão do princípio da não-ingerência propicia que a soberania seja finalmente apresentada, não como um escudo para líderes opressores, mas como um instrumento ao serviço da protecção dos cidadãos"[4].

Na realidade, e como afirma Malone, "…embora os Estados continuem muito ligados à sua própria soberania, tornaram-se menos respeitadores da soberania dos outros, quando situações de violação massiva dos direitos humanos, genocídio, limpeza étnica e outras manifestações odiosas de comportamento humano geraram consenso (inclusive no seio dos membros permanentes do Conselho de Segurança que, doutra forma poderiam vetar tal acção) que uma resposta internacional é legítima, mesmo necessária"[5].

Contudo, existem problemas fundamentais com a ideia de que a comunidade internacional tem um 'direito' geral à intervenção humanitária. Na opinião de Roberts, trata-se de "…uma tentativa engenhosa de reformular a questão da intervenção humanitária, mas, até agora, existem poucos indícios de os Estados aceitarem explicitamente tal responsabilidade. A relutância dos Estados é devida em parte ao seu nervosismo em subscrever qualquer doutrina que possa criar uma base para a intervenção."[6] O conceito foi objecto de discussão no seio de uma reunião especial do CS, mas "…teve maior impacto no mundo das ideias…do que nas decisões do Conselho, até à data"[7].

---

[1] V. Kofi Annan, *Annual Report of the Secretary-General to the General Assembly*, SG/SM/7136 GA/9596, 20 de Setembro de 1999; cit. in Margaret P. Karns e Karen A. Mingst, *International Organizations: The Politics and Processes of Global Governance*, Boulder, CO, Lynne Rienner, p. 286.

[2] V. *Factsheet: Responsibility to Protect*, em http://www.reformtheun.org/index.php?module=uploads&func=download&fileId=149&XARAYASID=e3865685e985929279bc8802d0af673c.

[3] International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect*, Ottawa, International Development Research Center, 2001.

[4] Teresa Cravo, "Entre a centralidade e a marginalização: a reforma da ONU para o séc. XXI", *Working Paper 13*, IPRI.

[5] David Malone, "Conclusion", in David Malone (ed.), *The UN Security Council*, Boulder, CO, Lynne Rienner Publishers, 2004, pp. 624-5.

[6] Adam Roberts, "The Use of Force", in Malone (ed.), *op. cit.*, p. 147.

[7] *Ibid.*

Autora

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
Sócia nº 778/00 da AACDN

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Os CTT-Correios de Portugal têm por missão o estabelecimento de ligações físicas e electrónicas entre os cidadãos, a administração pública, as empresas e as organizações sociais em geral. A sua tradição postal será progressivamente reforçada e alargada às actividades e áreas de negócio onde a vocação logística e comunicacional da empresa possa ser eficientemente colocada ao serviço dos clientes.

Ameaças Terroristas e Saúde Pública

Quando pensamos em ameaças terroristas, pensamos na pergunta mais corrente de: "Pode uma estrutura de informações prever a data, hora, meios e consequências de uma agressão armada, típica ou atípica, interna ou externa?" A resposta, como refere Nuno Rogeiro acerca desta problemática, "é simplesmente uma ambição de vogar acima do tempo e prever o futuro".

Estando então perante uma ameaça não convencional, com elevado grau de incerteza da sua ocorrência, pressupõe-se que todos deveriam estar preparados, precisamente porque a classificação em "não convencional" responsabiliza não só o Estado mas também os cidadãos.

Perante ameaças desta natureza, os cidadãos podem ter que confiar apenas neles próprios para proteger a sua própria saúde e segurança, ou mesmo a sua própria vida.

Frequentemente, temos a convicção de que outros resolverão os nossos problemas, sejam eles empresas, governos, países ou organizações.

Sendo certo que para dormirmos uma noite descansada outros desenvolvem múltiplas tarefas que

os cidadãos podem ter que confiar apenas neles próprios para proteger a sua própria saúde e segurança, ou mesmo a sua própria vida

asseguram a paz, ela não é, porém, perpétua. E a prova está aí. O mundo apresenta-se agora com um dinamismo que coloca em evidência o imprevisto de como, quando, onde, porquê.

Todos os dias as medidas securitárias impedem-nos da liberdade de movimentos de outrora. Que saudades! Água, medicamentos e o fabuloso creme hidratante para consumo durante o voo fazem agora parte das nossas memórias.

Na cultura empresarial, uma regra de ouro está precisamente na arte de transformar ameaças em oportunidades. Pode, de facto, perante as novas regras de voo, ser desenvolvida uma nova gama de produtos com capacidade para se alojarem num exíguo saco de plástico transparente, de volume não superior a um litro.

No entanto, não deixa de ser uma falácia, bastam quantidades inferiores a 100 ml de alguns agentes biológicos categorizados em primeira ou segunda alta prioridade para se instalar a crise – dizimar a tripulação e todos os viajantes, ou, noutros espaços, milhares de pessoas, ou apenas uma, como aconteceu a Alexander Litvinenko.

Alguns saberão como responder em casos de desastres como fogos e terramotos, mas muito poucos saberiam o que fazer se alguém utilizasse uma arma química, radiológica, nuclear ou biológica.

Embora as características de tais ataques possam variar substancialmente e a sua probabilidade seja altamente incerta, não deixam de criar circunstâncias estranhas e muito perigosas.

Consequentemente, surge o dilema: preparar, informar, divulgar informação e reconhecer que os cidadãos necessitam de uma estratégia global que possam utilizar para se prepararem e responderem a tais ataques; ou, pelo contrário, defender que são matérias reservadas, "a não falar", porque seriam geradoras de perturbações.

No primeiro caso, coloca-se em evidência a preparação individual que pressupõe a colaboração e cooperação como elemento fundamental da estratégia de um estado e de valor incalculável para a defesa de uma nação.

No segundo caso, o argumento de que, quanto mais se fala no problema, a probabilidade de o atrair é maior, ou de que em Portugal é mesmo muito improvável, está ainda por provar.

Esta relação estado-cidadão está pouco desenvolvida em Portugal, ao contrário do que aconteceu noutros países em que a população possui o conhecimento sobre os procedimentos a desencadear em situações de crise.

A natureza evolutiva da ameaça terrorista assume uma outra dimensão. Dimensão em que o Estado deve desempenhar o papel de facilitador na preparação e formação de bons profissionais, peritos nestas matérias, que têm que responder, de forma actualizada, à detecção precoce de sinais e sintomas, ao socorro das vítimas em caso de ocorrência, mas, também, ao acompanhamento subsequente das sequelas.

A saúde é um elemento fundamental dos direitos humanos.

Todos os dias
as medidas securitárias
impedem-nos da liberdade
de movimentos de outrora.
Que saudades!
Água, medicamentos
e o fabuloso creme
hidratante para consumo
durante o voo
fazem agora parte
das nossas memórias

Tendo em vista a natureza global destas ameaças, os países da UE devem procurar obter consensos e convergir nas suas abordagens às políticas e estratégias de avaliação, comunicação e gestão do risco.

Autora

Ana Paula de Jesus Harfouche
Economista e Doutoranda em Gestão e Administração Pública.
Sócia nº 940/06 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

O Estado, As Religiões e a Esperança

O *Estado, As Religiões e a Esperança* foi o título da conferência que o Professor Doutor Adriano Moreira proferiu no Auditório da Câmara Municipal de Ponte de Lima, em 7 de Julho, integrada no Encontro de Culturas e Religiões.

A conferência, organizada pela Delegação do Porto da AACDN, com o apoio do Instituto Politécnico de Viana e da Câmara Municipal de Ponte de Lima, contou com a presença de uma vasta plateia.

Presidiu à sessão o Dr Carlos Lima e foi moderadora a Engª Cândida Leal de Loureiro.

Dia Nacional do Mar de 2007

Tiveram lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa duas sessões públicas intituladas *O Fundo Europeu para as Pescas* e *O Contributo da Ciência e da Tecnologia*, respectivamente a 19 de Setembro e a 11 de Outubro.

Estas sessões contaram com a participação de ilustres palestrantes que trataram de temas sobre *As comunidades ribeirinhas e o desenvolvimento local*.

A Direcção da AACDN fez-se representar nestas sessões por um elemento da Direcção.

As Fronteiras Marítimas da Europa

No passado dia 18 de Setembro decorreu na Assembleia da República, na Sala do Senado, um seminário subordinado ao tema *As Fronteiras Marítimas da Europa*.

O Ambiente marítimo: riscos, ameaças e Cooperação; As iniciativas da União Europeia e da OTAN; e As Novas Competências das Forças Navais Europeias: a Vigilância Marítima e aérea – Que missão de tipo «guarda-costeiros»? foram temas tratados por conferencistas de renome, nacionais e estrangeiros.

A Sessão de Abertura foi feita pelo Presidente da Assembleia da Repúbila, Dr Jaime Gama, e as Conclusões contaram com o Presidente da Comissão de Defesa da AR e Presidente da Comissão de Defesa da Assembleia Parlamentar da NATO, Dr Miranda Calha, e com e Relator da comissão de Defesa da Assembleia da UEO, Dr Mota Amaral.

A AACDN fez-se representar por um dos vice-presidentes, o Dr José Monteiro.

Jantar com o Presidente da ADESG

A convite da AACDN, o Presidente da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, do Brasil), General Licínio Nunes de Miranda Filho, deslocou-se a Portugal, a fim de participar no IX Congresso da Associação.

Acompanhado de sua mulher, foi homenageado com um jantar na sala privativa da Messe de Oficiais de Santa Clara, em Lisboa, no dia 16 de Outubro, o qual contou com a presença da Direcção da AACDN.

O Adido Militar e Aeronáutico do Brasil em Portugal, e sua mulher, estiveram também no jantar.

O convívio verificado neste jantar entre representantes de dois países amigos e de instituições congéneres foi, como sempre, muito salutar.

Dia Festivo do RAAA 1

A AACDN fez-se, também, representar pelo seu Secretário-Geral, Coronel Miguel Fradique, na cerimónia comemorativa do Dia do Regimente de Artilharia Antiaérea nº 1, que se realizou em 1 de Outubro no Quartel do Regimento em Queluz.

De notar que o Comandante do RAAA 1, o Coronel João Botelho Vieira Borges, é Auditor do Curso de Defesa Nacional e é o sócio nº 849/04 da AACDN.

Quotas em 2007

Por proposta da Direcção, foi deliberado em Assembleia Geral ordinária manter o valor da quota anual nos mesmos **60,00 Euros**, valor que vem já de Janeiro de 2005.

Para os associados que ainda não tiveram oportunidade de o fazer, **solicita-se o pagamento das quotizações**, actual e em falta, utilizando um dos seguintes meios:

- Por débito na conta bancária do sócio, através do preenchimento e remessa à Sede da AACDN (Praça do Príncipe Real, nº 23 R/C Dtº, 1250-184 Lisboa) do impresso de "autorização de débito em conta", enviada com o Boletim 14/2004;

- Por transferência ou depósito na conta bancária da AACDN, na Caixa Geral de Depósitos (NIB: 0035 0667 0000 0479 0307 7), que poderá ser efectuado em qualquer Caixa Multibanco, num balcão da Caixa Geral de Depósitos, ou através do Internet Banking;

- Por transferência directa na CGD para a conta 0667 000479 030;

- Por cheque remetido à Sede.

Em qualquer dos casos, é fundamental **indicar sempre o número de sócio**, de modo a permitir aos Serviços da Associação identificar a proveniência dos valores recebidos.

Pagamentos à AACDN

Aos Associados que já efectuaram o pagamento de quotas no corrente ano – utilizando o Multibanco ou a transferência bancária – e que não tenham ainda recebido o respectivo recibo passado pelo secretariado da AACDN, solicita-se que contactem a Associação, o mais brevemente possível.

Reitera-se a necessidade da identificação dos Associados que procedam aos pagamentos por aqueles meios.

Muitos continuam a ser os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de três décadas, se notabilizaram nas mais diversas áreas: nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra. Porque a sua acção é digna de mérito, vale a pena ficar a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

João Manuel de Melo **Mariz Fernandes** nasceu em Lisboa, a 12 de Janeiro de 1939, é licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, completou o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército da República Federal da Alemanha, na Führungsakademie der Bundeswehr, e frequentou o Curso Superior de Comando e Direcção no Instituto de Altos Estudos Militares. Foi Professor na Academia Militar e no Instituto de Altos Estudos Militares nas três áreas de ensino – Táctica, Estratégia e Administração. No mesmo Instituto foi Director do Curso Superior de Comando e Direcção, e foi Assessor do Instituto de Defesa Nacional.

No decorrer da sua actividade profissional comandou unidades em Moçambique e em Angola e nos Açores, no Faial e em Ponta Delgada.

Em 1974 foi porta-voz da Junta de Salvação Nacional e substituiu o Secretário de Estado da Comunicação Social e do Turismo antes da formação do I Governo Transitório. Desempenhou as funções de Delegado da Junta de Salvação Nacional junto da Radiotelevisão Portuguesa e foi Secretário Provincial da Comunicação Social e do Turismo no I Governo Provisório de Angola.

Promovido a Major-General em Setembro de 1993, desempenhou as funções de Representante Militar de Portugal junto do *Supreme Headquarters of the Allied Powers Europe* (SHAPE). Neste cargo assumiu também as funções de Oficial de Ligação entre o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o SACEUR para as forças militares portuguesas que actuaram no Teatro de Operações dos Balcãs.

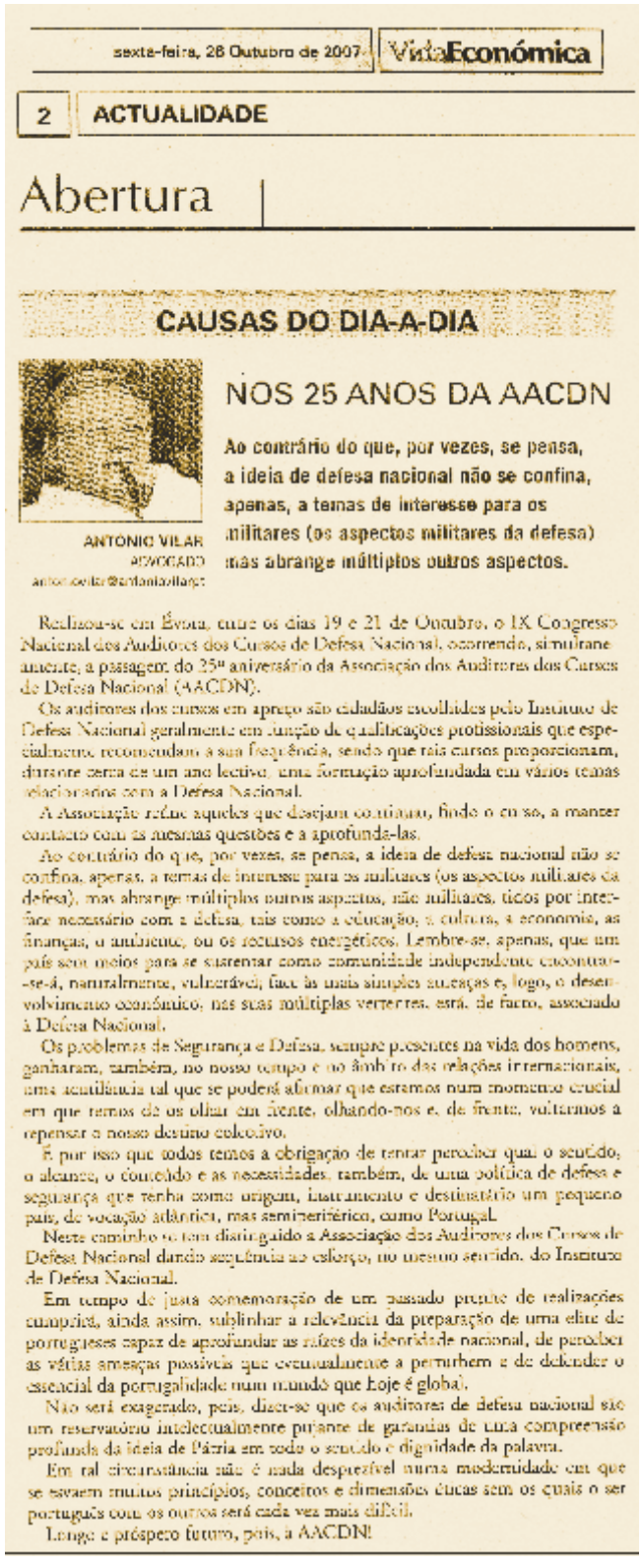
Em 2000/2001 frequentou o Curso de Defesa Nacional, após o qual se tornou o sócio nº 712 da AACDN.

É consultor permanente do Centro de Estudos Estratégicos do Instituto de Estudos Superiores Militares e é membro efectivo da Assembleia Geral do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança.

Foi colaborador do EuroDefense-Portugal, da Revista Militar, Revista Nação e Defesa, Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, Revista de Administração Militar, Revista de Artilharia e *Community Life*, do SHAPE.

No biénio de 2002/2003 foi Presidente da Direcção da AACDN, altura em que voltou a assessorar o Instituto da Defesa Nacional nos três anos lectivos seguintes.

A *Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional*, na pessoa de um seu sócio e vice-presidente da mesa da Assembleia-Geral, na imprensa regional:



sexta-feira, 26 Outubro de 2007 | Vida Económica

2 | ACTUALIDADE

Abertura

CAUSAS DO DIA-A-DIA

NOS 25 ANOS DA AACDN

Ao contrário do que, por vezes, se pensa, a ideia de defesa nacional não se confina, apenas, a temas de interesse para os militares (os aspectos militares da defesa) mas abrange múltiplos outros aspectos.

ANTONIO VILAR
ADVOGADO

Realizou-se em Évora, entre os dias 19 e 21 de Outubro, o IX Congresso Nacional dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, ocorrendo, simultaneamente, a passagem do 25º aniversário da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN).

Os auditores dos cursos em apreço são cidadãos escolhidos pelo Instituto de Defesa Nacional geralmente em função de qualificações profissionais que especialmente recomendam a sua frequência, sendo que tais cursos proporcionam, durante cerca de um ano lectivo, uma formação aprofundada em vários temas relacionados com a Defesa Nacional.

A Associação reúne aqueles que desejam continuar, findo o curso, a manter contacto com as mesmas questões e a aprofundá-las.

Ao contrário do que, por vezes, se pensa, a ideia de defesa nacional não se confina, apenas, a temas de interesse para os militares (os aspectos militares da defesa), mas abrange múltiplos outros aspectos, não militares, tidos por interface necessário com a defesa, tais como a educação, a cultura, a economia, as finanças, o ambiente, ou os recursos energéticos. Lembre-se, apenas, que um país sem meios para se suster como comunidade independente encontrar-se-á, naturalmente, vulnerável, face às mais simples ameaças e, logo, o desenvolvimento económico, nas suas múltiplas vertentes, está, de facto, associado à Defesa Nacional.

Os problemas de Segurança e Defesa, sempre presentes na vida dos homens, ganharam, também, no nosso tempo e no âmbito das relações internacionais, uma actualidade tal que se poderá afirmar que estamos num momento crucial em que temos de os olhar em frente, olhando-nos e, de frente, voltarmos a repensar o nosso destino colectivo.

É por isso que todos temos a obrigação de tentar perceber qual o sentido, o alcance, o conteúdo e as necessidades, também, de uma política de defesa e segurança que tenha como origem, instrumento e destinatário um pequeno país, de vocação atlântica, mas semiperiférico, como Portugal.

Neste caminho o tem distinguido a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional dando sequência ao esforço, no mesmo sentido, do Instituto de Defesa Nacional.

Em tempo de justa comemoração de um passado pronto de realizações cumpridas, ainda assim, sublinhar a relevância da preparação de uma elite de portugueses capaz de aprofundar as raízes da identidade nacional, de perceber as várias ameaças possíveis que certamente a perturbem e de defender o essencial da portugalidade num mundo que hoje é global.

Não será exagerado, pois, dizer-se que os auditores de defesa nacional são um reservatório intelectualmente pujante de garantias de uma compreensão profunda da ideia de Pátria em todo o sentido e dignidade da palavra.

Em tal circunstância não é nada desprezível numa modernidade em que se esvaem muitos princípios, conceitos e dimensões éticas sem os quais o ser português com os outros será cada vez mais difícil.

Longo e próspero futuro, pois, à AACDN!

SABE QUAL É A MELHOR MANEIRA DE IR DAQUI ATÉ AO ESCRITÓRIO?

É POR AQUI.

HTC P3600 GPS

- Sistema de navegação com alta voz
- 3,5 G • Wi-Fi
- Push Mail • Internet
- Microsoft Windows Mobile 5.0
- Câmara de 2 Megapixel

Deixe-se guiar pelo HTC P3600 da tmn. Um equipamento topo de gama com a mais recente tecnologia de comunicações móveis, com um sistema de navegação GPS que lhe permite saber sempre por onde anda. Para mais orientações vá a **www.tmn.pt**.

Limitado ao stock existente.

tmn

até já.

Atenção!! A cor visualizada não pode ser interpretada como sendo fiel e correspondente à versão final impressa. Esta imagem apenas serve o propósito de verificação formal, textual e de posicionamento dos elementos.